




FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

O ESSENCIAL DA POLÍTICA PORTUGUESA

ORGANIZAÇÃO

Jorge M. Fernandes
Pedro C. Magalhães
António Costa Pinto

TEXTOS DE

Guya Accornero	Laura Ferreira-Pereira	Bruno Oliveira Martins
Alexandre Afonso	Robert M. Fishman	André Paris
Fernando Alexandre	André Freire	Conceição Pequito
Pedro Tavares de Almeida	Maria Raquel Freire	Daniel Pinéu
André Azevedo Alves	Nuno Garoupa	Pedro Ramos Pinto
João Amador	Elisabetta De Giorgi	Mafalda Pratas
Luciano Amaral	Miguel Glatzer	Filipa Raimundo
Octavio Amorim Neto	Eunice Goes	Ana Balcão Reis
Pedro Bação	Carlos Jalali	Susana Salgado
Miguel Bandeira Jerónimo	Ignacio Lago	Edalina Sanches
Ana Maria Belchior	Cristina Leston-Bandeira	José Santana-Pereira
Ingrid van Biezen	Marco Lisi	Pedro Seabra
Fernando Bizzarro	Marina Costa Lobo	Patrícia Silva
João Cancela	Mariana Lopes da Fonseca	Pedro Silveira
Helena Carreiras	João Loureiro	Ricardo Soares de Oliveira
João Carvalho	Pedro C. Magalhães	José Sobral
Fernando Casal Bértoa	Andrés Malamud	Luís de Sousa
Susana Coroado	Riccardo Marchi	António F. Tavares
António Costa Pinto	Céu Mateus	Filipe Teles
Margarida Duarte	Madalena Meyer Resende	Lydia Tiede
Ana Espírito-Santo	José Pedro Monteiro	Jorge Vala
Carlos Farinha Rodrigues	Amílcar Moreira	Ana Catalano Weeks
Jorge M. Fernandes	Catherine Moury	

ÍNDICE

Prefácio	19
Introdução	23
Agradecimentos	29

PARTE 1. O PASSADO E O PRESENTE

1 De «retardatário» problemático a estrela do Sul? a importância comparativa do caso português <i>Robert M. Fishman</i>	33
2 A democratização e os seus legados <i>António Costa Pinto e André Paris</i>	49
3 Lidar com o passado autoritário <i>Filipa Raimundo</i>	71
4 Mudanças sociais, económicas e demográficas durante a democracia portuguesa (1974-2020) <i>Luciano Amaral</i>	88
5 Império e descolonização na África portuguesa <i>Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro</i>	107
6 O centro-esquerda e a esquerda radical na democracia portuguesa, 1974-2022 <i>André Freire</i>	129
7 A direita e a extrema-direita na democracia portuguesa (1974-2021) <i>Riccardo Marchi e André Azevedo Alves</i>	147

© 2023, Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 — E.10
1750-149 Lisboa — Portugal
Tel.: 21 726 90 28
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *O Essencial da Política Portuguesa*
Autores: AAVV
Organização: Jorge M. Fernandes, Pedro C. Magalhães, António Costa Pinto
Prefácio: Gonçalo Saraiva Matias, João Tiago Gaspar
Tradução: Maria de Fátima do Carmo
Revisão: Tinta-da-china
Gráficos: Guide, Artes Gráficas
Composição: Tinta-da-china (P. Serpa)
Capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Abril de 2023

ISBN: 978-989-671-745-2
depósito legal n.º 513506/23

PARTE 2. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

8 O semipresidencialismo em Portugal: disputas académicas no meio de estabilidade institucional <i>Octavio Amorim Neto</i>	169
9 O papel do Parlamento português <i>Eunice Goes e Cristina Leston-Bandeira</i>	187
10 O executivo <i>Pedro Silveira e Patrícia Silva</i>	203
11 Política judiciária (<i>judicial politics</i>) em Portugal <i>Nuno Garoupa e Lydia Tiede</i>	222
12 O sistema eleitoral <i>Jorge M. Fernandes</i>	242
13 Burocracia e administração pública <i>António F. Tavares</i>	260
14 Descentralização e poder local <i>Filipe Teles</i>	277

PARTE 3. POLÍTICA DE MASSAS E ELEITORES

15 Identidade nacional portuguesa: construções históricas e expressões contemporâneas <i>José Sobral e Jorge Vala</i>	295
16 Cidadãos e política: apoio popular e participação <i>Pedro C. Magalhães</i>	314
17 Campanhas eleitorais <i>José Santana Pereira</i>	335
18 Comportamento eleitoral <i>Ignacio Lago</i>	351
19 Participação eleitoral <i>João Cancela</i>	368

20 Meios de comunicação social e comunicação política <i>Susana Salgado</i>	388
---	-----

PARTE 4. OS PARTIDOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO

21 Selecção de candidatos em Portugal <i>Carlos Jalali e Edalina Rodrigues Sanches</i>	407
22 A elite governante <i>Pedro Tavares de Almeida</i>	4224
23 Partidos políticos e sistema partidário <i>Fernando Bizarro e Mafalda Pratas</i>	440
24 Partidos e representação política <i>Ana Maria Belchior e Conceição Pequito Teixeira</i>	462
25 <i>Plus ça change?</i> Regulação partidária em Portugal (1974-2020) <i>Ingrid van Biezen e Fernando Casal Bértoa</i>	482

PARTE 5. A SOCIEDADE

26 Género e política em Portugal <i>Ana Espírito-Santo e Ana Catalano Weeks</i>	505
27 Grupos de interesse, associações empresariais e sindicatos <i>Marco Lisi e João Loureiro</i>	523
28 Emigração e imigração em Portugal <i>João Carvalho</i>	542
29 Movimentos de fronteira: conflito e protesto em Portugal <i>Guya Accornero e Pedro Ramos Pinto</i>	562
30 As relações entre a Igreja Católica e o poder político em Portugal <i>Madalena Meyer Resende</i>	579
31 Desigualdade social e económica <i>Carlos Farinha Rodrigues</i>	595

PARTE 6. GOVERNAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

32 O Estado-providência português <i>Amílcar Moreira e Miguel Glatzer</i>	619
33 Governação do mercado de trabalho português numa perspectiva comparada <i>Alexandre Afonso</i>	640
34 O quadro da política macroeconómica portuguesa <i>Fernando Alexandre e Pedro Bação</i>	657
35 Políticas de educação <i>Ana Balcão Reis</i>	674
36 Políticas de saúde <i>Céu Mateus</i>	692
37 Corrupção política em Portugal <i>Luís de Sousa e Susana Coroado</i>	712
38 Tributação e responsabilização ao nível local <i>Mariana Lopes da Fonseca</i>	731
39 Portugal e os desafios da globalização económica <i>João Amador</i>	748

PARTE 7. PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA

40 Portugal na União Europeia: sobre um percurso transformador <i>Laura C. Ferreira-Pereira</i>	767
41 Portugal e a união monetária europeia <i>Margarida Duarte</i>	789
42 A politização do tema da UE na política portuguesa <i>Marina Costa Lobo</i>	805
43 Política de resgate em Portugal (2008-2020) <i>Catherine Moury e Elisabetta De Giorgi</i>	824

PARTE 8. POLÍTICA EXTERNA E DEFESA

44 Política externa portuguesa <i>Maria Raquel Freire</i>	845
45 Portugal e Brasil <i>Andrés Malamud e Pedro Seabra</i>	860
46 Portugal e África <i>Ricardo Soares de Oliveira</i>	874
47 Segurança e geoestratégia <i>Bruno Oliveira Martins e Daniel Pinéu</i>	892
48 Forças Armadas e políticas de defesa <i>Helena Carreiras</i>	909
Notas biográficas	929

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. Violência anticomunista popular <i>versus</i> clandestina, 1975-1976	59	Figura 15.3. Orgulho na história	304
Figura 4.1. PIB <i>per capita</i> de Portugal, Espanha e Grécia como percentagem do PIB <i>per capita</i> dos países mais ricos (1960-2019)	94	Figura 15.4. Ser verdadeiramente português	305
Figura 4.2. Taxas brutas de natalidade e mortalidade, Portugal, 1960-2018 (por mil habitantes)	96	Figura 15.5. Dimensões étnicas e cívicas da identidade nacional	307
Figura 4.3. Despesa pública (em percentagem do PIB) — Portugal e média dos países europeus (1970-2018)	98	Figura 16.1a. Satisfação com a democracia e confiança no Governo em Portugal de 2004 a 2021	317
Figura 4.4. Coeficiente de Gini — Portugal, vários países europeus e média da UE-15, 1980-2018 (em percentagem)	100	Figura 16.1b. Popularidade do Governo, numa escala de 0 a 100, de 2004 a 2018	317
Figura 4.5. Parte dos 0,1% com maiores rendimentos — Portugal e vários países europeus, 1960-2005	101	Figura 16.2a. Capacidade percebida para controlar o uso do poder público em benefício privado em Portugal, de 1996 a 2020	319
Figura 4.6. População com ensino secundário — Portugal, Espanha, Grécia e UE-15, 1960-2019 (em percentagem da população com mais de 25 anos)	103	Figura 16.2b. Percepção de que a corrupção é um «problema grave»/ «generalizado», média de Portugal e da UE	319
Figura 8.1. Pontuações dos sistemas semipresidenciais de Portugal na escala Doyle-Elgie de poderes presidenciais comparadas com a média dos seus homólogos mundiais	175	Figura 16.3. Incongruência ideológica média (esquerda-direita) entre eleitores e governos	321
Figura 8.2. Popularidade presidencial em Portugal, 1986-2018	181	Figura 16.4. Valor previsto de satisfação com a democracia segundo autoposicionamento esquerda-direita em três tipos de governo	322
Figura 10.1. Composição e duração do Governo, média em Portugal e na UE (1960-2020)	208	Figura 16.5. Participação política não eleitoral em Portugal	324
Figura 12.1. Índice de desproporcionalidade de Gallagher para Portugal e países da OCDE (1975-2022)	245	Figura 16.6. Insatisfação democrática e acção política	325
Figura 12.2. Índice de Laakso e Taagepera do número efectivo de partidos eleitorais com mandatos em Portugal e países da OCDE (1975-2022)	246	Figura 16.7. Rejeição da autocracia e seus correlatos	329
Figura 12.3. Índice de desproporcionalidade de Gallagher para Portugal ao nível dos círculos eleitorais (1976-2022)	250	Figura 18.1. A nacionalização da política eleitoral em Portugal	360
Figura 12.4. Índice de Laakso e Taagepera do número efectivo de partidos eleitorais com mandatos em Portugal ao nível do círculo eleitoral (1976-2022)	251	Figura 18.2. Avaliação regional de António Costa	363
Figura 15.1. Identificação nacional em Portugal, 2008-2018	300	Figura 18.3. Nacionalização nos estados-membros da UE	363
Figura 15.2. Orgulho nacional	303	Figura 19.1. Evolução da participação eleitoral em Portugal e num conjunto de outros países europeus	371
		Figura 19.2. Evolução da participação eleitoral ao nível municipal em três tipos de comunidade: rural, híbrida e urbana	375
		Figura 23.1. Indicadores da institucionalização do sistema partidário português	448
		Figura 23.2. Número efectivo de partidos eleitorais em Portugal, ao longo do tempo	449
		Figura 23.3. Evolução das posições partidárias no espectro esquerda-direita	450
		Figura 23.4. A volatilidade do sistema partidário português numa perspectiva comparada	453
		Figura 23.5. O pluralismo moderado português numa perspectiva comparada	454
		Figura 24.1. Congruência ideológica e política em Portugal, 2019	468
		Figura 24.2. Cumprimento de promessas por parte dos governos portugueses, 1995-2019 (%)	472
		Figura 24.3. Cumprimento de promessas por parte dos governos portugueses por área de intervenção, 1995-2019 (%)	473
		Figura 25.1. Alcance e intensidade da constitucionalização partidária	484
		Figura 26.1. Percentagem de mulheres e homens que trabalharam num partido e foram sindicalizados (2002-2018)	508
		Figura 26.2. Percentagem de mulheres e homens que votaram em eleições legislativas (2002-2019)	509

Figura 26.3. Percentagem de mulheres e homens que se envolveram em formas não institucionalizadas de participação política (2002-2018)	510	Figura 37.1. Número de condenações por corrupção e delitos conexos em tribunais de primeira instância (1994-2018)	715
Figura 26.4. Representação descritiva das mulheres em Portugal, 1975-2022: uma perspectiva comparada	513	Figura 38.1. Descentralização fiscal na Europa (2019)	739
Figura 26.5. Percentagem de mulheres nos principais grupos parlamentares portugueses*, por partido político, 1975-2022	514	Figura 41.1. PIB <i>per capita</i> relativo de Portugal ajustado por PPC	796
Figura 28.1. Fluxo de emigração de Portugal entre 2000 e 2018	548	Figura 42.1. Posicionamento dos partidos em relação à UE, 1999-2019	812
Figura 28.2. Taxas líquidas de migração e desemprego em Portugal entre 1998 e 2019	554	Figura 42.2. Factores explicativos do voto em 2019 entre partidos e coligações de esquerda	816
Figura 31.1. Rendimento disponível médio equivalente e coeficiente de Gini (2003-2018)	597	Figura 42.3. Factores explicativos do voto em 2019 entre partidos de direita	817
Figura 31.2. Taxa de pobreza e taxa de pobreza e exclusão social (2003-2018)	603	Figura 48.1. Número de militares no activo nas Forças Armadas Portuguesas (2000-2020)	917
Figura 32.1. Despesa social (excluindo despesa em saúde): principais tendências	621	Figura 48.2. Despesa em defesa e outras despesas públicas (milhões de euros)	919
Figura 32.2. Negociação colectiva e protecção do emprego, ao longo do tempo	624	Figura 48.3. Número anual de missões internacionais das Forças Armadas Portuguesas (1991-2020)	921
Figura 32.3. Despesa social (excluindo despesas em saúde) bruta e líquida, em % do PIB	626	Figura 48.4. Número de militares nas Forças Nacionais Destacadas (FND)	922
Figura 32.4. Despesa pública (ancorada), bruta e ajustada, em riscos sociais (novos e antigos)	628		
Figura 32.5. Principais tendências do Estado-providência e do mercado de trabalho, ao longo do tempo	630		
Figura 32.6. Impacto das transferências sociais na pobreza e desigualdade, ao longo do tempo	635		
Figura 33.1. Densidade sindical e cobertura da negociação colectiva no Sul da Europa, 1960-2018	648		
Figura 33.2. Taxa de emprego feminino/população em países seleccionados, dos 20 aos 64 anos	651		
Figura 33.3. Taxa de desemprego harmonizada na Europa do Sul, 1980-2019	653		
Figura 34.1. Taxa de crescimento do PIB real <i>per capita</i> (%)	659		
Figura 34.2. Taxa de poupança, taxa de investimento e balança corrente (% do PIB)	662		
Figura 34.3. Taxas de juro das obrigações de dívida pública de longo prazo (%)	663		
Figura 34.4. Saldo orçamental e dívida pública (% do PIB) (1999-2020)	665		
Figura 35.1. Taxa de alfabetização nos países do Sul da Europa	675		
Figura 35.2. Taxa bruta de escolarização por nível de ensino, de 1974 a 2018	676		
Figura 35.3. Abandono precoce do ensino e da formação nos países europeus	677		
Figura 35.4. Percentagem de alunos na via profissionalizante no ensino secundário	683		
Figura 35.5. Número de professores por nível de ensino	684		
Figura 35.6. Distribuição dos professores por faixa etária e por nível de ensino	685		

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 Resultados eleitorais para a Assembleia Constituinte (25 de Abril de 1975)	57	Tabela 27.2. Confederações patronais: filiação, afiliações europeias e regras internas	533
Tabela 4.1. Taxas de crescimento anual do PIB <i>per capita</i> em Portugal e na UE-15, 1960-2019 (em percentagem)	91	Tabela 27.3. Actividades dos grupos de interesse económico: resultados do inquérito	537
Tabela 4.2. Esperança de vida à nascença (anos), Portugal e UE-15, 1960-2018	104	Tabela 28.1. Ciclos de emigração de Portugal	544
Tabela 6.1. Dimensões do conflito partidário no sistema partidário português, 1975-2022	134	Tabela 28.2. Ciclos de imigração para Portugal	552
Tabela 10.1. Governos portugueses	206	Tabela 31.1. Desigualdade do rendimento por adulto equivalente	598
Tabela 10.2. Membros do círculo executivo português, 1976-2019	213	Tabela 31.2. Desigualdade do rendimento e da despesa por adulto equivalente	600
Tabela 10.3. Composição do gabinete dos primeiros-ministros (1974-2020)	215	Tabela 31.3. Desigualdade salarial	601
Tabela 10.4. O peso do centro do Governo português no executivo	217	Tabela 31.4. Desigualdade da riqueza líquida das famílias	601
Tabela 11.1. Conselhos judiciais em Portugal (em 2022)	228	Tabela 31.5. Medidas de pobreza do rendimento por adulto equivalente	604
Tabela 11.2. Procuradores-gerais da República, 1977-2022	229	Tabela 31.6. Taxa de privação material severa	605
Tabela 11.3. Juizes do Tribunal Constitucional, 1983-2022	231	Tabela 31.7. Desigualdade por nível de escolaridade do indivíduo de referência	607
Tabela 15.1. Preditores da identificação nacional em Portugal	301	Tabela 31.8. Desigualdade e percepções sociais	608
Tabela 18.1. Importância relativa das eleições* (%)	362	Tabela 31.9. Eficácia das transferências sociais e dos impostos na redução da desigualdade	611
Tabela A1. Modelos de regressão logística multinomial de orientação de voto nas eleições de 2019 em Portugal	367	Tabela 31.10. Eficácia das transferências sociais na redução da pobreza	612
Tabela 21.1. Selecção de candidatos em Portugal (de acordo com os estatutos partidários)	415	Tabela 36.1. Taxa anual de variação por ciclo político para variáveis seleccionadas — 1970-2019	694
Tabela 22.1. Perfil dos primeiros-ministros, 1976-2019	428	Tabela 37.1. Iniciativas legislativas e projectos de lei aprovados sobre regulamentação anticorrupção e ética	724
Tabela 22.2. Características sociodemográficas de ministros e secretários de Estado	432	Tabela 41.A1. Regressão logística na intenção de voto, Portugal, 2019	819
Tabela 22.3. Experiência política dos ministros e secretários de Estado	434	Tabela 41.A2. Redacção das questões e codificação das variáveis	820
Tabela 22.4. <i>Políticos vs. especialistas</i> : comparação de perfis (em percentagens)	435	Figura 48.4. Número de militares nas Forças Nacionais Destacadas (FND)	922
Tabela 25.1. Leis dos partidos políticos: principais disposições	488		
Tabela 25.2. Regulamentação do financiamento dos partidos para as eleições legislativas: disposições principais	494		
Tabela 27.1. Evolução da sindicalização em Portugal, 1980-2015	531		

O ESSENCIAL
DA POLÍTICA
PORTUGUESA

PREFÁCIO

No próximo ano, Portugal irá celebrar o 50.º aniversário do 25 de Abril de 1974. Nesse dia, o Movimento das Forças Armadas pôs fim a 48 anos de regime autoritário e deu início a um processo de transição democrática que despertou a atenção da comunidade internacional, depois de esta ter votado Portugal ao ostracismo devido à política colonial e à natureza autocrática do Estado Novo. Nas semanas e meses que se seguiram àquela data, jornalistas, académicos e políticos de várias regiões do globo acorreram a Lisboa para assistirem *in loco* ao tiro de partida de um fenómeno a que Samuel Huntington chamaria de «terceira vaga de democratização», o qual alastraria a outros países da Europa do Sul, como a Espanha e a Grécia, mas também a regiões tão distantes quanto a América Latina, o Sudeste Asiático, a Europa de Leste e a África Subsariana.

Compreensivelmente, o interesse da comunidade internacional por um país periférico, pouco populoso e relativamente pobre como Portugal foi esmorecendo à medida que a democracia portuguesa se consolidava, designadamente através da revisão constitucional de 1982 (que alterou significativamente o sistema de governo e retirou definitivamente os militares da vida política, com a extinção do Conselho da Revolução) e da adesão à então Comunidade Económica Europeia, a 1 de Janeiro de 1986. Por outras palavras, e no que à cobertura da imprensa e da ciência política diz respeito, a transição democrática portuguesa foi vítima do seu próprio sucesso.

Ainda assim, a política nacional continua a deter especificidades que importa conhecer e que podem ser úteis para quem procure reflectir acerca das ameaças que impendem sobre a generalidade das democracias liberais contemporâneas. E é precisamente devido às aprendizagens que poderão retirar-se sobre a qualidade da democracia portuguesa actual que a Fundação Francisco Manuel dos Santos decidiu apoiar a tradução portuguesa do *Oxford Handbook of Portuguese Politics*, fazendo jus à sua missão de aprofundar o conhecimento sobre a realidade nacional e contribuindo para o desenvolvimento da nossa sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Este livro reúne textos da esmagadora maioria dos grandes investigadores nacionais e internacionais que, nas últimas décadas, se têm dedicado ao estudo da política do país, aqui entendida em sentido lato. O mérito da angariação e articulação de todo esse talento cabe inteiramente aos editores da obra — Jorge Fernandes, Pedro Magalhães e António Costa Pinto —, a quem gostaríamos de agradecer por terem considerado que a Fundação Francisco Manuel dos Santos seria a instituição ideal para divulgar os principais resultados deste projecto junto do grande público. Estamos convictos de que este livro se tornará uma grande referência das ciências sociais em Portugal.

Tendo em conta as limitações sobejamente conhecidas do mercado editorial e do sistema científico nacionais, que a Fundação Francisco Manuel dos Santos tem feito por mitigar através da produção dos seus estudos e publicações, é compreensível que este livro tenha vindo originalmente a lume numa prestigiada colecção da Oxford University Press. Seria impensável, contudo, que um livro desta envergadura e qualidade, dedicado às primeiras cinco décadas da nossa democracia, não merecesse uma edição de igual qualidade em língua portuguesa, de modo a garantir que qualquer português que se interesse pela vida política do seu país tenha acesso ao seu conteúdo e às suas conclusões. Por esse motivo, é devido um agradecimento a todos os que, sem a mínima hesitação, aceitaram envolver-se neste projecto editorial desde os seus alvares, nomeadamente à tradutora, Maria de Fátima Carmo e a toda a equipa da Tinta-da-china, nas pessoas de Bárbara Bulhosa, Rute Dias Paiva, Catarina Homem Marques, Pedro Serpa, Vera Tavares e Inês Hugon.

A democracia portuguesa, tal como a generalidade das chamadas «democracias avançadas», enfrenta desafios consideráveis à sua estabilidade e autoridade e, portanto, à sua própria sobrevivência. Referimo-nos à emergência de partidos e movimentos populistas, aos índices decrescentes de participação política dos cidadãos, à erosão dos princípios e valores democráticos na comunidade, assim como à clausura das elites políticas e à ausência de diálogo entre partidos e sociedade civil, para dar apenas alguns exemplos. A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende ser sua obrigação analisar estes e outros desafios, com o propósito de ampliar a qualidade da nossa democracia e impedir a consumação de fenómenos de «desconsolidação democrática» idênticos aos que, nos últimos anos, se têm verificado em diversos países da Europa Central e de Leste, bem como noutras regiões do globo.

Passaram cinco décadas desde «o dia inicial inteiro e limpo / onde emergimos da noite e do silêncio», como lhe chamou Sophia. É tempo de celebrar a extraordinária evolução operada em Portugal durante esse período. Mas é também tempo, mais do que tempo, de analisar os motivos pelos quais o país deixou de convergir com as sociedades mais livres e desenvolvidas do mundo e de reflectir sobre o que é necessário fazer para que a nossa democracia se aproxime das aspirações e expectativas que instilou nos portugueses naquela madrugada de 25 de Abril de

1974. A publicação deste livro, assim como toda a programação que dele resultará, constitui mais um esforço da Fundação Francisco Manuel dos Santos para esse desígnio cívico, democrático e patriótico.

Gonçalo Saraiva Matias,
presidente do Conselho de Administração
e da Comissão Executiva da FFMS

João Tiago Gaspar,
head of research and science communication da FFMS

INTRODUÇÃO

Porquê publicar este *O Essencial da Política Portuguesa*? Em 1974, o golpe militar que pôs fim ao regime do Estado Novo em Portugal atraiu considerável atenção internacional. Praticamente de um dia para o outro, cientistas sociais e jornalistas de toda a Europa e dos Estados Unidos da América chegaram a Lisboa e colocaram o país no mapa da política comparada. A transição democrática portuguesa pôs o prego final no caixão da era dos impérios e deu início àquilo a que Samuel Huntington chamou «a terceira vaga de democratização», que mais tarde alastraria ao resto do Sul da Europa, à América Latina, à Europa de Leste e a regiões da Ásia e de África. Desde então, Portugal aderiu à União Europeia (UE), tornando-se uma economia avançada e um dos países com «desenvolvimento humano muito elevado». À medida que a democracia portuguesa se foi consolidando, Portugal tornou-se «apenas mais um caso», e a atenção internacional dos cientistas sociais diminuiu.

Apesar de todas as suas semelhanças com as democracias industriais mais desenvolvidas, no que ao desenvolvimento económico e político diz respeito, a política portuguesa tem especificidades que fazem do país um laboratório interessante para estudar vários problemas fulcrais que assolam as democracias contemporâneas e merecem maior profundidade de análise. Em primeiro lugar, a natureza da transição democrática na década de 1970 — invulgarmente desencadeada por um golpe de Estado levado a cabo por militares de média patente — abriu caminho a uma revolução social, cujo legado, muitos afirmam, subsiste até aos dias de hoje. Conforme vários autores — alguns dos quais presentes neste volume — têm sublinhado, esse legado é visível no papel que o Estado desempenha na economia, na cultura política e no elenco de medidas políticas, bem como nas divisões sociais subjacentes ao sistema partidário. Por conseguinte, Portugal constitui um exemplo importante do modo como o conhecimento da política contemporânea beneficia de uma perspectiva histórica que tenha em conta as origens dos regimes políticos e o seu legado.

Além disso, não obstante ser um país médio no contexto europeu, Portugal é um caso interessante quanto à sua política externa. Situado no extremo ocidental do continente europeu e saído de um império de séculos que outrora — e até excepcionalmente tarde — cobriu territórios em quatro continentes, Portugal voltou-se para a Europa na década de 1980, vendo nela um catalisador da democracia e do desenvolvimento. Isto resultou na adoção de uma política externa consideravelmente complexa, que conjugava as exigências das relações transatlânticas, os compromissos europeus e os estreitos laços culturais e económicos que mantinha com as antigas colónias. O legado pós-colonial do país foi relevante não só nas relações internacionais, mas também no seio da sociedade portuguesa, suscitando questões relativas à integração social, às atitudes raciais e às identidades culturais e nacionais que ainda hoje estão por resolver.

Em Portugal, as instituições políticas, os partidos e o comportamento político de massas apresentam ainda outros pontos de interesse. Em primeiro lugar, o processo graças ao qual Portugal passou de altos níveis de instabilidade governativa e de fragmentação do sistema partidário, nos anos 1970 e 1980, para governos estáveis de minoria ou maioria e níveis comparativamente baixos de polarização ideológica nos anos 1990. Hoje em dia, porém, a política portuguesa tem vindo a conhecer de novo uma maior instabilidade governativa e um sistema partidário em mudança, com a emergência de novos partidos, incluindo a direita radical. As consequências disto para o sistema partidário e a competição política ainda estão por esclarecer. Além disso, o sistema semipresidencial português, com um chefe de Estado eleito cujo papel não corresponde nem ao «todo-poderoso» modelo francês nem ao eminentemente decorativo modelo irlandês, constitui também um caso interessante do ponto de vista comparativo, em especial se considerarmos cargos semelhantes ou equivalentes na Europa de Leste.

Por último, Portugal esteve em pleno centro da crise da Zona Euro, tornando-se um dos países resgatados pela UE e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no início da década de 2010. O impacto social e político dessa crise — em particular no que toca ao modo como se manifestou na política partidária, no comportamento eleitoral e na formação de governos — e a forma como essa crise acabou por ser ultrapassada suscitaram grande interesse por parte dos estudiosos de política comparada. Por comparação com países onde o impacto da crise foi semelhante, o regresso à credibilidade junto dos mercados internacionais foi rápido e não teve o mesmo tipo de repercussões políticas, e a recuperação pós-crise da confiança política e do apoio público foi mais sólida.

Isto torna-se ainda mais interessante quando analisamos as causas, em vez das consequências, da crise económica portuguesa. Embora essas causas tenham sido, em boa medida, exógenas e comuns a muitos outros países, o facto é que Portugal registava já um longo período de estagnação económica prolongada na década que conduziu à Grande Recessão. Durante as primeiras décadas de democracia, tendo partido de uma sociedade essencialmente rural, atrasada e profundamente desigual,

Portugal saltou várias etapas de desenvolvimento que noutros países conduziram a estados-providência consolidados e eficazes, convergindo com a Europa na maioria dos indicadores sociais e económicos. Todavia, neste século, os níveis comparativamente baixos de escolaridade e produtividade, a população em rápido envelhecimento, os incumprimentos regulatórios sistémicos, a centralização extrema e a debilitada qualidade da governação parecem ter concorrido para colocar enormes desafios às perspectivas de desenvolvimento de Portugal. A economia política e as dimensões políticas subjacentes a estes desafios estão no centro deste livro.

As ciências sociais portuguesas desenvolveram-se significativamente ao longo das últimas cinco décadas. A maturidade alcançada nesta área permite-nos fazer um balanço das especificidades portuguesas e da sua comparação com outros países, apresentando nesta edição uma visão abrangente, actualizada e sistemática como nunca antes. *O Essencial da Política Portuguesa* tem a ambição de se tornar a obra de referência sobre Portugal e o seu sistema político. Esperamos que cientistas políticos, economistas, historiadores e sociólogos tirem partido da profusão de dados e conhecimentos reunidos neste volume e encontrem nele incentivos para incluir Portugal nos seus estudos.

O livro é constituído por 48 capítulos, distribuídos por oito partes que cobrem as várias facetas da política portuguesa numa abordagem multidisciplinar.

A primeira parte aborda «O passado e o presente» da política portuguesa, com uma visão geral dos desenvolvimentos políticos desde a democratização, na década de 1970. Inicia-se com um capítulo dedicado à relevância comparativa do caso português e prossegue com capítulos que analisam a democratização e os seus legados, a evolução política e socioeconómica do país desde 1974, bem como o império e o processo de descolonização enquanto momento decisivo na história de Portugal. Termina com dois capítulos sobre as raízes históricas e culturais da política de esquerda e de direita no país.

A segunda parte analisa as «Instituições políticas» enquanto pilares da democracia portuguesa. Os capítulos nela incluídos abrangem uma diversidade de temas, desde o semipresidencialismo — característica definidora da democracia portuguesa desde os seus primórdios — até à política legislativa, à política executiva e à política judicial. Esta parte contempla ainda capítulos sobre o sistema eleitoral, a administração e a burocracia públicas, a descentralização e o poder local.

Na terceira parte aborda-se a «Política de massas e eleitores», com uma análise aturada da política de massas pelo lado da procura. Começa-se por considerar o nacionalismo e a identidade nacional, num capítulo dedicado ao modo como os portugueses vêem a comunidade imaginada do país. Em seguida, debruçamo-nos sobre a forma como os cidadãos portugueses se envolvem e apoiam a democracia e respectivas instituições. Nesta parte, contemplam-se ainda as campanhas eleitorais, o comportamento eleitoral, a participação eleitoral, os meios de comunicação social e a comunicação política.

A quarta parte centra-se na política de massas pelo lado da oferta, analisando-se «Os partidos e o sistema partidário», ou seja, o modo como os partidos políticos estruturam a concorrência política canalizando as exigências dos cidadãos. Começamos pela análise do processo de selecção de candidatos, apresentando pormenorizadamente os mecanismos de recrutamento usados pelos partidos portugueses. Em seguida, abordamos as elites políticas e a liderança executiva. Nesta parte, incluem-se um capítulo centrado na organização interna dos partidos e na estruturação da competição partidária e um capítulo dedicado à congruência ideológica e às preferências dos cidadãos no tocante aos partidos e à representação política. Conclui-se com um capítulo sobre a regulamentação partidária em Portugal ao longo dos últimos 50 anos.

A quinta parte aborda «A sociedade» portuguesa, analisando vários aspectos com implicação directa na política. Inicia-se com um capítulo sobre género e política dedicado à inclusão feminina, de uma sociedade altamente patriarcal à participação crescente das mulheres na vida política e económica. Em seguida, abordamos os grupos de interesses, as associações empresariais e os sindicatos, antes de passarmos a um capítulo sobre emigração e imigração, dois aspectos com impactos significativos na sociedade portuguesa. Analisamos depois os movimentos sociais e a contestação social, com forte ênfase nas consequências da Grande Recessão para o reavivar das práticas de contestação em Portugal. Segue-se um capítulo sobre a religião em Portugal, com destaque para o papel que a Igreja desempenhou na democratização e o modo como se adaptou à sua cada vez menor influência na sociedade. O capítulo final centra-se na desigualdade social e económica e suas consequências para o funcionamento da democracia.

A sexta parte é dedicada à «Governança e políticas públicas», procurando entender o modo como as várias políticas públicas determinam a qualidade da governação e promovem o bem-estar. Começamos com um capítulo sobre o Estado-providência, seguido de uma análise comparada das políticas do mercado laboral e dos contextos macroeconómicos. Incluem-se também capítulos sobre políticas de educação e saúde, cuja importância é vital para promover a inclusão social num país que é muito desigual. Seguem-se um capítulo sobre o impacto da corrupção na qualidade da governação e outro sobre tributação e responsabilização ao nível local. A sexta parte termina com um capítulo sobre a forma como Portugal lidou com os desafios da globalização económica e dos mercados cada vez mais abertos de bens e serviços.

A sétima parte é dedicada a «Portugal e a União Europeia». Começamos por apresentar um capítulo sobre a participação portuguesa na integração monetária, centrado nas suas consequências para o crescimento económico e a competitividade, bem como na forma como influenciou o resgate de 2011. O capítulo seguinte assume uma perspectiva mais geral, traçando as raízes históricas da participação portuguesa na integração europeia de 1986 aos nossos dias. Em seguida, analisa-se a politização da «Europa» e da integração europeia em Portugal e a forma

como esta alterou a competição política nacional. Terminamos com um capítulo acerca das raízes e das consequências da crise da Zona Euro em Portugal.

A oitava e última parte é dedicada à «Política externa e defesa» de Portugal. Desde a democratização, a posição de Portugal — na sua tentativa de procurar um equilíbrio entre Europa, África e o Atlântico — enfrentou algumas tensões no contexto internacional. Esta parte final do livro inicia-se com uma visão geral da política externa portuguesa, seguida de uma análise centrada nas relações com várias regiões de interesse, incluindo Brasil e África, e de um capítulo sobre segurança e geoestratégia. Concluímos com um capítulo sobre Forças Armadas e defesa, em que se analisa a evolução do papel desempenhado pelas Forças Armadas desde a democratização até ao século XXI no seio da NATO.

Jorge M. Fernandes

Pedro C. Magalhães

António Costa Pinto

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos 50 anos, as ciências sociais portuguesas tornaram-se uma área consolidada de investigação. A abrangência e a diversidade de temas abrangidos neste volume ilustram bem o modo como o estudo da política portuguesa percorreu um longo caminho desde a democratização, quando os cientistas sociais detinham um escasso conhecimento do tecido da sociedade portuguesa. Os organizadores estão gratos a todos os autores que aceitaram o desafio de contribuir para este volume. O entusiasmo com que abraçaram o projecto permitiu-nos criar uma obra que, estamos em crer, se tornará referência obrigatória nas ciências sociais portuguesas. Os capítulos apresentam uma grande diversidade de análises e de dados que até ao momento não se encontravam disponíveis de forma sistematizada. É nossa expectativa contribuir para um conhecimento mais profundo da política portuguesa e da sua posição comparativa.

Gostaríamos de exprimir a nossa gratidão à Fundação Francisco Manuel dos Santos por apoiar este projecto ambicioso. A Fundação tem desempenhado um papel fundamental na promoção do estudo da sociedade portuguesa e queremos agradecer, em particular, o apoio generoso e inabalável de Gonçalo Saraiva Matias, de Susana Norton e de João Tiago Gaspar. Também gostaríamos de agradecer à equipa da Guide, e em especial a Nuno Cartaxo, pelo desenho de todos os gráficos deste volume.

Agradecemos a Dominic Byatt, da Oxford University Press, pela edição original, em inglês, deste volume. O entusiasmo e o apoio incondicionais que nos manifestou, desde o primeiro dia, foram extremamente importantes para levar este projecto a bom porto.

Finalmente, agradecemos à equipa da Tinta-da-china, e em particular à sua editora, Bárbara Bulhosa, a edição deste volume em português, que nos permite disseminar o conhecimento académico muito para além dos muros da Universidade.

*Jorge M. Fernandes
Pedro C. Magalhães
António Costa Pinto*

ORGANIZADORES

Jorge M. Fernandes é Ramón y Cajal *research fellow* no Institute of Public Goods and Policies, CSIC, Madrid. Doutorou-se em Ciências Sociais e Políticas no Instituto Universitário Europeu em Florença, em 2013. Os seus interesses de investigação incluem a representação, os sistemas eleitorais, os partidos políticos, os parlamentos e as coligações. O seu trabalho tem sido publicado em revistas académicas como *The Journal of Politics*, *Comparative Political Studies*, *European Journal of Political Research*, *Political Behavior*, *Legislative Studies Quarterly*, *Party Politics*, entre muitas outras. É co-editor do livro *The Politics of Legislative Debates* (Oxford University Press, 2021). Foi investigador visitante na Universidade da Califórnia e na Universidade de Harvard.

Pedro C. Magalhães é investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorou-se em Ciência Política pela Universidade do Ohio State, em 2003. Os seus interesses de investigação incluem a opinião pública, eleições e a relação entre justiça e política. O seu trabalho tem sido publicado em revistas académicas como *American Journal of Political Science*, *Comparative Political Studies*, *European Journal of Political Research*, *Political Research Quarterly*, *West European Politics*, *Experimental Economics*, entre muitas outras.

António Costa Pinto é investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor na Universidade Lusófona.. Doutorou-se em História no Instituto Universitário Europeu em Florença, em 1992. Foi professor visitante em Stanford (1993) e Georgetown (2004), além de membro associado do St. Anthony's College, Oxford (1995). Foi ainda investigador visitante sénior em Princeton (1996), Berkeley (2000 e 2010) e NYU (2017). Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. Os seus interesses de investigação incluem o autoritarismo, a democratização e a justiça transicional, as elites políticas e o estudo comparado da mudança política. Publicou, entre muitos outros livros, *Political Institutions and Democracy in Portugal: Assessing the Impact of the Eurocrisis* (2019) e *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies* (2018).

AUTORES

Guya Accornero é professora auxiliar no ISCTE-IUL.
Alexandre Afonso é professor associado na Universidade de Leiden.
Fernando Alexandre é professor associado na Universidade do Minho.
Pedro Tavares de Almeida é professor catedrático na FCSH-UNL.
André Azevedo Alves é professor associado na Universidade Católica.
João Amador é professor auxiliar convidado na NOVA SBE.
Luciano Amaral é professor associado na NOVA SBE.
Octavio Amorim Neto é professor catedrático na Fundação Getúlio Vargas.
Pedro Bação é professor auxiliar na Universidade de Coimbra.
Miguel Bandeira Jerónimo é professor associado na Universidade de Coimbra.
Ana Maria Belchior é professora associada no ISCTE-IUL.
Ingrid van Biezen é professora catedrática na Universidade de Leiden.
Fernando Bizzarro é investigador de pós-doutoramento em Yale.
João Cancela é professor auxiliar na FCSH-UNL.
Helena Carreiras é professora associada no ISCTE-IUL.
João Carvalho é investigador professor no ISCTE-IUL.
Fernando Casal Bértoa é professor associado na Universidade de Nottingham.
Susana Coroado é investigadora na Universidade de Antuérpia.
António Costa Pinto é investigador coordenador no ICS-UL e professor na Universidade Lusófona.
Margarida Duarte é professora associada na Universidade de Toronto.
Ana Espírito-Santo é professora auxiliar no ISCTE-IUL.
Carlos Farinha Rodrigues é professor associado no ISEG.
Jorge M. Fernandes é investigador Ramón y Cajal no CSIC, Madrid.
Laura Ferreira-Pereira é professora catedrática na Universidade do Minho.
Robert M. Fishman é professor catedrático na Universidade Carlos III.
André Freire é professor catedrático no ISCTE-IUL.
Maria Raquel Freire é professora catedrática na Universidade de Coimbra.
Nuno Garoupa é professor catedrático na Universidade George Mason.
Elisabetta De Giorgi é professora auxiliar na Universidade de Trieste.
Miguel Glatzer é professor associado na La Salle University.
Eunice Goes é professora catedrática na Universidade de Richmond University.
Carlos Jalali é professor associado na Universidade de Aveiro.
Ignacio Lago é professor catedrático na Universitat Pompeu Fabra.

Cristina Leston-Bandeira é professora catedrática na Universidade de Leeds.
Marco Lisi é professor associado na FCSH-UNL.
Marina Costa Lobo é investigadora principal no ICS-UL.
Mariana Lopes da Fonseca é professora auxiliar na Universidade de St. Gallen.
João Loureiro é investigador na FCHS-UNL.
Pedro C. Magalhães é investigador coordenador no ICS-UL.
Andrés Malamud é investigador principal no ICS-UL.
Riccardo Marchi é investigador no ISCTE-IUL.
Céu Mateus é professora catedrática na Universidade de Lancaster.
Madalena Meyer Resende é professora auxiliar na FCSH-UNL.
José Pedro Monteiro é investigador na Universidade do Minho.
Amílcar Moreira é professor auxiliar no ISEG.
Catherine Moury é professora associada na FCSH-UNL.
Bruno Oliveira Martins é investigador sénior no Peace Research Institute Oslo.
André Paris é estudante de doutoramento no ICS-UL.
Conceição Pequito é professora auxiliar no ISCSP.
Daniel Pinéu é professor auxiliar na Universidade de Amesterdão.
Pedro Ramos Pinto é professor associado na Universidade de Cambridge.
Mafalda Pratas é estudante de doutoramento em Harvard.
Filipa Raimundo é professora auxiliar no ISCTE-IUL.
Ana Balcão Reis é professora associada na NOVA SBE.
Susana Salgado é investigador principal no ICS-UL.
Edalina Sanches é pinvestigadora auxiliar no ICS-UL.
José Santana-Pereira é professor auxiliar no ISCTE-IUL.
Pedro Seabra é investigador no ISCTE-IUL.
Patrícia Silva é professora auxiliar na Universidade de Aveiro.
Pedro Silveira é professor auxiliar na Universidade da Beira Interior.
Ricardo Soares de Oliveira é professor na Universidade de Oxford.
José Sobral é investigador emérito no ICS-UL.
Luís de Sousa é investigador principal no ICS-UL.
António F. Tavares é professor associado na Universidade do Minho.
Filipe Teles é professor auxiliar na Universidade de Aveiro.
Lydia Tiede é professora associada na Universidade de Houston.
Jorge Vala é investigador emérito no ICS-UL.
Ana Catalano Weeks é professora associada na Universidade de Bath.

**O ESSENCIAL
DA POLÍTICA
PORTUGUESA**

foi composto em caracteres Minion e Scala,
e impresso pela Eigal, Indústria Gráfica sobre
papel Holmen Book de 70 gramas,
no mês de Março de 2023.

